

Gen-Ex Ref Domingos Miguel Antônio GAZZINEO

Após um prolongado silêncio, imposto pelas enfermidades e pela já impiedosa idade, sinto-me no dever de despertar, assustado com os elevados ruídos que perturbam o cenário sócio/político deste nosso Brasil, e colocar no papel algumas ideias de um antigo lutador ferrenho, que não consegue se acostumar à condição de simples espectador.

Foi muito difícil enxotar a corja que, durante um longo período, apoderou-se do governo, conduzindo-nos à desastrosa situação e à vergonhosa penúria ética, moral e econômica que ora nos aflige. Aparelharam os órgãos da administração pública com seus asseclas, corruptos e incapazes que, ainda hoje ali se agarram com todas as forças, promovendo um verdadeiro alarido quando das tentativas de substituição. Também os dirigentes e seus grupos políticos, expulsos pela vontade popular, inconformados com a fragorosa derrota e com a perda do butim que alimentava os seus banquetes, financiando os apoios eleitoreiros junto às facções social/comunistas nacionais e internacionais, promovem uma campanha insana, permanente, covarde e perigosa contra o Presidente eleito. Justamente o que me assusta é a visível, incontestável e avassaladora preparação por esses infames de um "CONTRA-ATAQUE ORGANIZADO E COORDENADO, LEGAL OU ILEGAL, VINDO DE VÁRIOS SEGMENTOS PRIVADOS E PÚBLICOS, ONDE ENCONTRAM-SE OS SEUS RENITENTES APANIGUADOS, PROCURANDO RETOMAR O QUE LHEIS FOI LEGITIMAMENTE NEGADO PELO POVO". Soma-se ainda a preocupação pela presumível atitude de alguns companheiros, combatentes nossos, tristes ou desiludidos, que não compreendendo bem essa situação exaltada pela mídia, parecem desistir, retrair ou abandonar agora a luta que foi muito renhida e que nos levou à vitória. AGORA É HORA DE RESISTIR, DE CONTINUARMOS DO MESMO LADO E DE COMBATERMOS TODAS AS AÇÕES MALEVOLAS E ASTUCIOSAS, SURJAM DE ONDE VIER, EVITANDO UMA DEBANDADA. FIQUEMOS ALHEIOS À FERROZ PROPAGANDA ADVERSÁRIA QUE NOS GOLPEIA MINUTO A MINUTO E QUE TEM COMO OBJETIVO A RENÚNCIA OU A DEPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DEMOCRATICAMENTE ELEITO.

Após uma verdadeira batalha campal, onde até tentativa de assassinato foi utilizada pelas mentes criminosas de alguns adversários, chegamos a uma memorável vitória, conduzindo as bandeiras do COMBATE À CORRUPÇÃO, DEFESA DA FAMÍLIA E DA RELIGIÃO, BEM COMO PARA ASSEGURAR A MORALIDADE E A EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E MAIS AINDA, DECIDIDA A LIMPAR A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NAS ENTIDADES PÚBLICAS, PARTICULARMENTE NAS ESCOLAS E UNIVERSIDADES.

Empunhando esses princípios morais, onde Deus e Pátria foram as inspirações dominantes, elegemos um Capitão da Reserva formado nos princípios e ensinamentos da ESPCEX e da AMAN, com total disposição, determinação, honestidade e coragem, para cumprir a honrosa, delicada e pesada MISSÃO de ser, pelos próximos anos, PRESIDENTE DO BRASIL, recebendo uma Nação destrozada e falida. Foi uma eleição livre e DEMOCRÁTICA onde prevaleceu a VONTADE SOBERANA DO POVO. É

verdade que junto a essas qualidades do jovem JAIR MESSIAS BOLSONARO algumas características de sua maneira de ser que, inclusive, não foram encobertas, mas publicamente evidenciadas e proclamadas e que, de certa forma, foram também impulsionadoras do movimento cívico que reuniu os seus milhares de eleitores, desejosos de construir uma poderosa avalanche para constituir um novo Governo Democrático, muito determinado a varrer a podridão reinante

. Essas características do jovem Deputado Bolsonaro são: a honestidade, a sinceridade, o ímpeto, as palavras e as expressões toscas que costumeiramente emprega em suas declarações. Claro que o aflorar desses atributos causam o constrangimento e a reprovação de grande parte de seus seguidores, além de assustar os seus adversários. Convenhamos que não é possível enfrentar os seus inescrupulosos oponentes com “punhos de renda”, delicadeza e palavras sofisticadas; seria como se o nosso Presidente nadasse em uma piscina repleta de “piranhas” ferozes querendo, cada uma, abocanhar o maior pedaço para destruí-lo. A reação tem que ser proporcional ao ataque. Além do mais há que se analisar os vários segmentos mais atuantes no relacionamento do poder, formadores de opinião e presentes no jogo administrativo, social e político:

A MÍDIA

O primeiro segmento atuante, poderoso e incerto, é o conglomerado de empresas que compõem a *Mídia*, cuja intromissão nas mentes e até no coração de todos os cidadãos é notória e indiscutível, conformando o chamado quarto poder. Os nossos jornais, revistas, livros e principalmente as estações de rádio e de televisão são por demais ativas e atuantes, buscando, transmitindo e comentado, e, não raras vezes distorcendo as notícias e os fatos políticos/administrativos, no momento (ou mesmo antes) que eles acontecem. São mesmo excepcionalmente ágeis e capazes, buscando prender a nossa audiência desde as primeiras horas da manhã até as últimas da noite, cada uma propagando e exaltando as suas convicções (ou as de quem lhes oferecem mais dinheiro). Usam técnicas sofisticadas, intervenções com vários atores simultâneos, treinados na arte de convencer, bem como na exploração de entrevistas seletivas (somente com autoridades e “especialistas” que lhes são favoráveis). O surgimento de um novo fato, em sua maioria “fake”, é proclamado com um alarido que parece mais a transmissão de uma partida de futebol em tempos de copa do mundo. Isto gera uma artificial e permanente impressão de ebulição política e de crise institucional. Lamentavelmente, em razão dessas práticas nocivas, temos hoje um País dividido, quase tendendo à sua própria destruição, discutindo e pelejando por assuntos menores, mesquinhos, sem importância maior, ficando a mercê de forças retrogradadas

que isistem esquecer o assalto covardemente efetuado aos cofres do Tesouro Nacional. A

verdade é que pessoas que ficam muito tempo à frente da televisão são levados à revolta ou a sucumbir à renitente e constante propaganda enganosa.

Felizmente alguns dos órgãos atuantes na mídia ainda são independentes e confiáveis.

Vale a pena separar, ressaltando pela sua importância no embate político que se desenrola, a atuação maléfica e destrutiva do sistema “Globo”, principalmente nas estações de televisão aberta, bem como naquelas especializadas em notícias e comentários, que funcionam dia e noite, sem parar, usando todo o seu arsenal tecnológico para derrubar o Presidente. A Rede Globo já vinha há algum tempo se desvirtuando dos princípios que lhe foram moldados pelo seu criador Roberto Marinho, cujos filhos, atuais dirigentes, passaram a renegar publicamente os seus mais puros ideais enxovalhando a sua memória em uma atitude repugnante. A partir daí a notável empresa entrou em um visível declínio moral, atentando, em seus programas, contra a constituição da família assim como desprezando outras regras morais e éticas. Ficou notório, no atual Governo - quando lhes foram cortadas as vantagens indevidas, tirando a farra com o dinheiro público que alimentava a sua proximidade com os órgãos federais – que houve uma verdadeira declaração de guerra, feroz e suja, contra o Presidente Bolsonaro. Tem, esta guerra fanática o objetivo claro de promover o seu descrédito e a sua derrubada do Governo. Utilizando-se de alguns comentaristas preparados e capazes (outros nem tanto, fracos, que só falam infantilidades) vem martelando nossas mentes de forma permanente e massiva com os insultos e com a falta do respeito devido ao Presidente da República. Acobertados no que chamam de liberdade de imprensa e de expressão, procuram incentivar a animosidade e o desentendimento entre as várias autoridades e personalidades que militam no cenário político, criando um clima permanente de artificial agitação que atinge a todas as camadas da população. É pena que a empresa de comunicação Globo, que já foi considerada orgulho nacional pela excelência dos seus programas e pelo elevado valor do seu quadro técnico/artístico, tenha optado por esse caminho que a está levando à derrocada, com brusca queda de audiência, perdendo pessoal qualificado para outras emissoras, e trilhando o caminho do descrédito e da derrota.

O PODER LEGISLATIVO

Outro componente deste jogo político é o *PODER LEGISLATIVO*. A sua constituição possui as peculiaridades resultantes da nossa desatualizada Lei Eleitoral que condiciona a origem e os meios que os parlamentares usam para se eleger. Há os que são eleitos pela tradição, pelo reconhecimento do seu trabalho e pela sua postura digna. Há também os que se elegem pelo poder da lábia, do dinheiro e dos conchavos. Desta maneira nós temos no Congresso homens dignos e honestos, trabalhando pelo bem do País, mas também os interesseiros, corruptos e até mal-educados, (lembramos os insultos “

thuthuquinha” e “lacaio”

proferidos contra Ministros que ali realizavam palestras). Esta realidade é complicada ainda pela dispersão entre mais de trinta partidos, sem um conteúdo programático sustentável. O problema maior está na configuração de grupos que possibilitem a maioria nos debates e nas votações, onde fala mais alto o interesse pessoal ou de facções. Há ainda as regalias regimentais com que os Presidentes das Casas são ungidos. Aqui vale a pena um pequeno parêntesis para comentar o que passa despercebido por muitos.

A nossa Constituição, dita Democrática, atribui aos Presidentes da Câmara e do Senado (do Judiciário também) o poder ditatorial e privativo de organizar a pauta de votações, podendo assim arquivar, atrasar ou acelerar os projetos que são encaminhados pelos outros poderes ou propostos por seus membros. Os projetos, após passarem pelo crivo discricionário do Presidente da Casa, ainda são submetidos a uma tramitação demorada e, na maioria das vezes, são distorcidos, recebendo acréscimos de penduricalhos indesejáveis oriundos de interesses estranhos. Desta maneira, assuntos importantes são esquecidos, Medidas Provisórias perdem a validade e projetos de relevância nacional se arrastam e são desfigurados no longo e penoso embate de idéias e de interesses.

Neste ambiente é fácil deduzir a necessária maneira de agir do Poder Executivo, que precisa conduzir os interesses da Nação com extremo cuidado, como se diz “pisando em ovos”, buscando atrair a indispensável anuência dos Presidentes das Casas Legislativas e das lideranças políticas, para ver aprovados, embora com indesejáveis supressões e acréscimos, os projetos indispensáveis à vida do País.

Todos nós sabemos que a maneira de ser do Presidente não aceita facilmente “paparicar” esses sujeitos, cuja maioria insiste em buscar vantagens a todo custo, procurando efetivar a política do “toma lá da cá”, extremamente abominada pelos princípios que nortearam a mensagem eleitoral do atual Governo. Isto causa, seguidamente, atritos e embates verbais que atingem a harmonia entre os poderes. Há, atualmente, uma elevada pressão dentro do governo para que este tipo de relacionamento com o Congresso seja flexibilizado, em benefício da governabilidade. Alega-se que os congressistas honestos, dedicados e leais merecem e devem ser contemplados com a indicação seletiva de dirigentes dos órgãos de segundo ou terceiro escalão. Isto faz parte do jogo político para fortalecimento das bases, sem configurar troca de favores.

O PODER JUDICIÁRIO

A primeira instância é constituída por Juízes admitidos por concursos públicos, extremamente concorridos, livres de interferência política, condições que normalmente atestam a competência jurídica e a pureza dos seus atos. Alguns, muito poucos, por inexperiência ou deslumbramento, tentam extrapolar, aplicando a lei fora de seus limites. No entanto, a atuação da quase totalidade de seus membros nos garante a indispensável, equilibrada e autêntica segurança jurídica em seus atos e sentenças. Um bom exemplo é a operação “*lava jato*” que nos proporciona instantes de satisfação ao desnudar e castigar os responsáveis pelo esbulho dos bens da Nação. Nas instâncias iniciais vemos assegurados os direitos da coletividade, o respeito às leis que protegem a cidadania e a segurança de homens e mulheres.

À medida em que subimos nas demais instâncias podemos notar que na ascensão aos níveis superiores essas características iniciais começam a ser mescladas com alguma interferência

política e interesses alheios às finalidades essencialmente jurídicas. No topo dessa estrutura o **Supremo Tribunal Federal**

. Para ingresso nos seus quadros não há eleição, concurso, muito menos comprovação dos seus indispensáveis atributos

,□

previstos em Lei, que são

o elevado saber jurídico e a reputação ilibada.□

Na verdade o ingresso no elevado e sonhado cargo de Ministro do STF se inicia com uma indicação

, **livre e voluntária, do Presidente da República.**

A escolha do candidato é fruto de um

conhecimento, amizade, convivência, interesse ideológico ou partidário e até mesmo parentesco com o Presidente.□

A partir dessa premissa inicial, o escolhido é submetido a uma sabatina e a uma votação no Senado Federal, cujo resultado favorável é quase sempre combinado e previsível.

Ultrapassada essa fase, o ungido toma posse em uma solenidade com a presença das maiores autoridades nacionais, passando ao abrigo de um cargo permanente que recebe e ultrapassa todas as benesses possíveis e inimagináveis, cujas limitações são apenas a idade mínima para ingresso no cargo e a idade máxima para a aposentadoria compulsória. Ali é proclamada a sua absoluta segurança e os poderes "ilimitados" irregularmente emprestados ao cargo, isso sem falar de mordomias perfeitamente dispensáveis. Mesmo desfrutando do exemplo na liberalidade utilizada para a sua própria nomeação o Sr Ministro do STF se posiciona com exigências descabidas,

confiscando a prerrogativa que garante a

nomeação para um cargo administrativo, de livre nomeação pelo Presidente da República, (como o de Diretor da Polícia Federal cuja característica legal é de a qualquer momento ser demitido "ad nutum", isto é, sem a necessidade de um fato que indique a sua demissão). Essa nomeação para um cargo no Executivo deve ser um fato corriqueiro, normal, sendo claramente amparado na Constituição. É um ato absolutamente inquestionável por qualquer dos Poderes.

Durante muitos anos a ação do STF era quase desconhecida e pouco acompanhada.

Limitava-se ao exame da constitucionalidade de ações no âmbito da Justiça Comum, Federal e Militar. Não havia uma exposição mais constante na imprensa. Os seus membros, vetustos Ministros, eram conhecidos pelas suas posturas, respeitados e colocados em uma verdadeira redoma pelo povo, por seus pares pelas demais autoridades. Não tinham protagonismo em programas midiáticos e muito menos apareciam constantemente em entrevistas e debates políticos controversos, mas também não eram vaiados em público nem em transportes coletivos. Parece que a afirmativa de que

Juiz só se expressa

nos autos□

só era verdadeira antigamente

.□

Hoje há até um pensamento jocoso dizendo que um Ministro do STF se julga um Semi-Deus,

porque um despacho, um parecer ou um acórdão admitido pelo Plenário só Deus poderá revogar. Ao longo do tempo parece que alguns Ministros foram se imbuindo dessa assertiva e começaram a extrapolar as suas decisões, abocanhando prerrogativas constitucionais dos demais Poderes.

Esses poucos e conhecidos Ministros começaram a legislar, revogar Leis e entar assumir ou restringir os direitos dos Poderes Legislativo e Executivo, se sobrepondo a um Congresso e a um Governo eleitos democraticamente pelos milhares de votos populares, sem que, esses Ministros tenham sido submetidos ao sufrágio popular, nem recebido um voto sequer. Para tanto, eles se utilizam de apresentações memoráveis, de votos proferidos em sessões intermináveis, quando, com suas togas reluzentes, em linguagem empolada e de difícil compreensão popular, são lidas inúmeras páginas contendo os seus pareceres, onde a esperteza jurídica lhes permite, sob o pretexto de uma nova interpretação, mudar, distorcer e amoldar a Constituição e as Leis aos seus desígnios e interesses. Há um fato notório a partir do qual a confiança e o respeito ao STF ficaram mitigados; no processo de impeachment, contra a Presidente Dilma Russef, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, a pessoa que mais deveria ostentar a bandeira de guardião da nossa Carta Magna, resolveu rasgar publica e desavergonhadamente a Constituição, visto que resolveu descumprir um preceito ali existente, em linguagem clara, inquestionável, independente de interpretação, que deveria ser inserido obrigatoriamente no acórdão proferido. Em conluio com o Presidente do Senado, o nosso pretense guardião da Carta Magna, naquela ocasião, afanou esse dispositivo, modificando profundamente as suas conseqüências legais. (Perdoem o sacrilégio mas parece que naquele dia Deus estava dormindo e o Plenário do Supremo virou as costas para não tomar conhecimento porque, até hoje, essa anomalia está em vigor). Ainda podemos encontrar outras traquinagens de alguns Ministros, como dar guarida a requerimentos para beneficiar conhecidos meliantes ou revogar sentenças justas de Juízes de instâncias inferiores etc., parecendo até que se tornaram advogados de defesa de Partidos políticos de oposição ou de facções criminosas. Ainda bem que já houve, dentro do próprio Plenário, transmitido abertamente pela televisão, uma abordagem duríssima e reveladora feita por um dos componentes da Egrégia Corte, identificando e mostrando o caráter de um dos seus pares, que se amesquinhou sem proferir sequer a sua defesa.

Os Ministros que não desfrutam atualmente da plena confiança popular convivem com vaias e manifestações de inequívoca reprovação de suas condutas, refiro-me àqueles de cujos votos, julgamentos e decisões, é possível se presumir, antecipadamente, a solução esdrúxula e direcionada quase sempre em benefício de grupos de conduta discutíveis. Na atualidade tem havido demonstrações inequívocas de que esse pequeno grupo de Ministros está a serviço daqueles que desejam criar um caos e uma ebulição para conduzir à renúncia ou à deposição do Presidente. As atitudes seguidas e coordenadas: retirando do Governo a autoridade sobre os Estados e Municípios na condução das providências relativas ao combate da pandemia; a divulgação pública de um vídeo da reunião ministerial (*temos que lembrar que trata-se de um documento secreto e a sua divulgação é crime previsto*

no Regulamento para Salvaguarda das Informações)□

no intuito de expor à opinião pública detalhes e intervenções do Presidente e de Ministros do Governo feitas no resguardo da classificação sigilosa; o total absurdo da ameaça de sequestro do telefone do Presidente; são provas inequívocas de que há um claro intuito de tumultuar o ambiente, colocando-se acima da Lei, para criar um impasse Constitucional.

Até quando Celsus abusarás da paciência nostra?□

Se estás confiante no dito de que

decisão da justiça se cumpre, não se discute,

cuidado, porque as decisões que frontalmente agridem a Lei,

se discute ,sim senhor.

Por favor, deixem o Governo trabalhar.

Há comumente, em manifestações de rua, faixas e placas sugerindo o fechamento do STF. Nada mais ridículo e irresponsável, que só faz prejudicar as finalidades da quase totalidade dos militantes presentes. Como fechar a Egrégia Corte que deve ser o último e decisivo pilar da cidadania para cada um e para todos os brasileiros. Como, em última instância, garantir a segurança jurídica ao final do emaranhado de questões, recursos e apelações? O STF terá forçosamente que existir, sempre respeitado e festejado por todo o povo brasileiro. Para tanto é preciso que os demais Ministros, sérios e probos, lutem, não se entreguem à sanha desmoralizante de uma minoria e recomponham a nobreza da Corte-Suprema. Desta maneira poderão andar de cabeça erguida e receberão do povo, não os apupos e as faixas destrutivas, mas os entusiasmados aplausos e o pleno respeito.

O GOVERNO

O terceiro ente envolvido nesse emaranhado de relações político/administrativo é o Governo, no conjunto dos seus Órgãos Públicos capitaneados pelo

Presidente da República

, constitucionalmente eleito ou reeleito, de quatro em quatro anos, pela maioria do povo brasileiro. Cargo que lhe atribui a imensa responsabilidade sobre todos os fatos políticos/administrativos da Nação e também lhe confere os amplos poderes que lhe permitem ser o condutor da vida do povo brasileiro.

Para tanto, possui uma equipe de auxiliares onde encontramos os *Ministros de Estado (que no atual Governo são personalidades da mais alta estirpe e competência, não políticos)*□

encarregados de executarem as Políticas e as determinações do Chefe Supremo. Infelizmente alguns deles (talvez por extremada vaidade ou desejo de alcançar posições mais altas) se insurgem e divergem das orientações indicadas

pelo Presidente. Neste caso, o desfecho mais lógico, normal e correto seria o imediato pedido de demissão, olhando nos olhos, feito com o cavalheirismo usual de pessoas desse nível.

Acontece que nem sempre as coisas se desenrolam desta maneira, assim, infelizmente

encontramos na atualidade um desses casos em que o Ministro Sérgio Moro (que **era**

considerado um ícone da nossa História atual, pelo seu trabalho como exemplar executor do processo da Lava-Jato), que fora convidado com todas as honrarias para o importante Ministério da Justiça, divergiu da postura e da orientação do seu Chefe, o Presidente da República. Nada mais natural que, seguindo exemplos anteriores, fosse à presença do Presidente e pedisse demissão. Tudo muito correto e previsível. Não sabemos, entretanto, se por excesso de vaidade (ou como uma jogada política, julgando que a sua elevada aceitação popular o conduziria a ser um futuro candidato ou ainda por sentir, como Ministro, que a sua atuação fora apenas medíocre) o nosso Dr Moro resolveu dar um espetáculo midiático e “*sair atirando*”

. Atirando não é o termo apropriado, porque saiu dando uma verdadeira facada virtual, pelas costas (pior que a facada do Adelmo que foi pela frente) acrescentando pueris e descabidas acusações e, mais, promovendo um verdadeiro escarcéu, envolvendo o STF, AGU, MIN PUBLICO, IMPRENSA E DIVERSOS ORGÃOS PÚBLICOS, resultando em um espetáculo deprimente de mutuas acusações. Coisa feia, Dr MORO. Os admiradores que o Senhor havia conquistado na sua meritória atuação como juiz estão muito decepcionados, e já não são contabilizados no rol dos seus futuros eleitores. Só resta ao Senhor deitar a cabeça no travesseiro e chorar arrependido, talvez consolado pelo Lula.

Ganham importância na composição do Governo as **Forças Armadas** que têm destinação específica na Carta Magna para a Defesa da Pátria e a Garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem, sob a Autoridade Suprema do Presidente da República. Em época de Paz elas se dedicam à sua preparação técnica permanente, mas atuam também, como eficiente meio de auxílio às atividades de apoio às necessidades mais críticas e inesperadas, como intempéries, calamidades, acidentes etc., e atuam ainda na construção de estradas, pontes e outras obras, principalmente de infra-estrutura

. Também são utilizadas, seguidamente, na segurança pública, quando ausentes ou falidos os demais meios. Na verdade, em todos os momentos de extrema necessidade e para os eventos mais desafiadores, são a elas que a Nação recorre. Pela sua elevada força moral e pelo poder de suas armas o assédio por inúmeros grupos, facções e instituições é constante.

É comum encontrarmos nas passeatas e nas manifestações cívicas, faixas e cartazes sugerindo a “*intervenção militar*” como solução para as nossas querelas políticas. Não se pode acreditar que os seus militantes desejem instaurar uma ditadura. Ninguém de sã consciência pode desejar esse tipo de governo. Na verdade o que há é a ansiedade e o desespero na busca de um poder mais forte, que pudesse frear os destemperos dos Poderes Legislativo e Judiciário. É forçoso mostrar que a sugestão feita torna-se inexequível, face à postura e a decisão dos nossos militares, que estão bem lembrados do tratamento recebido após a Revolução de 1964, quando grande parte daqueles que hoje apelam por uma intervenção lançavam toda sorte de impropérios (comissão da verdade?) e julgamentos injustos da fase em

que o Brasil despertou para uma era de grande desenvolvimento.

É notório ainda que na instrução da tropa e em todas as Escolas e Cursos são incutidos em seus integrantes o total respeito à Constituição e ao Estado de Direito, moldando o procedimento dominante. É oportuno lembrar que em alguns momentos críticos do embate político atual, já tem surgido situações bastante ameaçadoras, exigindo o discernimento e a serenidade de nossos Chefes que permaneceram sempre na firme defesa da Democracia.

Não podemos deixar, entretanto, de enfatizar que as nossas Forças Armadas, embora não desejem embarcar em aventuras institucionais, estarão sempre prontas e preparadas para rechaçar qualquer movimento ou golpe que venha afrontar a Constituição e a vontade do povo brasileiro ou que desejem convulsionar este País. Neste caso, far-se-á lembrar as palavras do Marechal Mallet, Patrono da Arma de Artilharia, quando na Guerra do Paraguai posicionou os seus canhões contra o inimigo e proclamou: ***“eles que venham, por aqui não passarão.”***

As dificuldades na condução do País são multiplicadas, particularmente pelo enfrentamento dos assuntos políticos, que envolvem vários atores e interesses variados, alguns favoráveis outros visivelmente oponentes, resultando em um constante embate perigoso. O nosso Presidente pode sentir-se seguro, nesse embate, pelo decisivo e total apoio do povo que o elegeu, pela lealdade dos seus Ministros e Auxiliares e particularmente porquê o seu Vice-Presidente, Gen Mourão, tem uma deliberada postura muito leal e firme, comungando da mesma ideologia e dos princípios que norteiam o seu Governo.

Conduzidos pelo conhecimento, pela competência e pelas comprovadas qualidades cívicas e morais, vários militares estão nos mais altos cargos, compondo o Governo Federal. É uma valiosa colaboração que o Presidente recebe de antigos e leais companheiros. Há um fato recente que nos deixa preocupados e revoltados. Um Ministro do STF, complexado e mal-educado, com a clara intenção de pisar e de humilhar, dirigiu a três Ministros do Gabinete do Presidente (também Generais do Exército) uma intimação descabida para que se apresentassem para serem ouvidos em um processo em que, caso não comparecessem, fossem conduzidos **coercitivamente “debaixo de vara”**. Por mais que se possa ponderar que o referido magistrado tenha agido dentro dos ditames legais vigentes, cabe aqui lembrar que houvesse a grandeza que deve encerrar a Magistratura, a expressão só se justificaria no caso de recusa dos intimados. Quanta petulância desse indivíduo. O que mais nos preocupa é que, possivelmente para preservar a governabilidade, não tenha havido uma resposta e uma atitude mais firme a esse imperdoável insulto.

Para complicar o “*meio de campo*”, há, no entanto, personagens que se colocam como adversários políticos renitentes que, (mesmo tendo sido eleitos no rastro da avalanche do fenômeno Bolsonaro) se desdobram para detratar, obstruir e ofender o Presidente, denotando uma inglória ambição de se lançarem antecipadamente candidatos em próximas eleições. Aproveitam as ações de combate aos problemas que nos atormentam, como o Corona-virus, para oferecer um enfadonho e mesquinho espetáculo midiático, onde com voz suave e atitudes hipócritas lançam impropérios e insultos ao Chefe da Nação.

Sabemos que é árdua esta luta para manter um Governo atuante e dentro dos princípios e ideais propostos. É forçoso reconhecer que atualmente já aparecem sinais de descontentamento e frustração dentro das nossas hostes, quando discordam e criticam algumas posturas e atitudes do nosso Presidente. Nos arriscamos a tentar relacionar alguns itens, no intuito de oferecer alguma colaboração possível, oriunda dos que acompanham atentamente os fatos e os renhidos embates diários.

No primeiro item dessa colaboração abordamos, desculpe-nos a ousadia, a atuação de seus filhos que sabemos constituírem uma família cristã, unida e coesa. No entendimento da maioria melhor seria que deixassem o Presidente exercer sozinho, os seus encargos, sem necessitar dos apoios nem de qualquer “*guru*”, cuja intromissão quase sempre atrapalha mais do que ajuda.

-Como segunda sugestão nos voltamos para aquelas costumeiras e rápidas entrevistas e discussões realizadas à entrada ou saída dos palácios. Algumas expressões ou idéias formuladas ao sabor do entusiasmo e da improvisação causam choques nos adversários, mas também, algumas baixas nas nossas fileiras. Além de vários apoiadores que o aplaudem, há ali, na saída do palácio, também vários jornalistas, alguns de órgãos adversários, que estão com o inconfessável propósito de provocar um desagradável bate-boca e aguardando qualquer palavra mal colocada para correrem alegres, *barulhentos como papagaio em roça de milho*, para acionar os imediatos insultos e impropérios em jornais e televisões. Seria mais conveniente e produtivo se essas trocas informais de notícias fossem conduzidas por seus Auxiliares, Ministros ou pelo Porta-Voz. O Presidente se resguardaria para pronunciamentos oficiais, com *palavras apropriadas* e posturas próprias da *liturgia do cargo*, feitas nas datas notáveis ou nos eventos extraordinários. (mesmo enfrentando os “*panelaços*” fabricados pela rede Globo).

– Em seguida nos encorajamos a lembrar que o relacionamento nesse nível de governo é bem

diferente da vida dentro de um quartel, tanto no que diz respeito à lealdade, à disciplina, à confiança no cumprimento de missões como ao trato pessoal. Talvez a informalidade e as expressões mais populares não sejam apropriadas para reuniões de trabalho e sejam reservadas para as reuniões sociais.

- Como quarta e última sugestão e a mais importante (já que as anteriores são sobejamente conhecidas e confrontam com a personalidade característica de Bolsonaro), vamos manifestar não apenas a nossa esperança, mas a certeza de que o nosso Presidente continue correto e honesto em sua administração, bem como feroz na luta contra a corrupção, defendendo sempre a família brasileira e as nossas crianças, capitaneando a arrancada para um Brasil Grande com DEUS ACIMA DE TUDO, BRASIL ACIMA DE TODOS.

OS APOIADORES DO PRESIDENTE

Restante, mas não menos importante, nesse emaranhado de entes e fatos, nós os seus **apoia**
dores

,
meio aturdidos sob essa avalanche de propaganda, contra-propaganda, disse-me-disse, processos, discussões e acusações, estamos tentando permanecer fieis aos princípios que nos consolidaram como eleitores conscientes no embate de 2018. Estamos aqui mais uma vez prontos para o que der e vier, (sem a necessidade da mortadela e de cachaça) submetidos a uma discussão estéril e improdutiva:

Ficar ou não

ficar em casa

?

Umhas moças bonitas e uns atores almofadinhas, entusiasmados, repetindo o mote: **#FIQUE EM CASA.**

Interessante é que eles, que estão aparecendo na televisão,

não estão em casa

e sem dúvida, quando forem para casa, vão encontrar a sua moradia com várias suítes, ar condicionado, chuveiro elétrico, Internet, Netflix, uma geladeira generosamente abastecida, etc...

Diferente da maioria das casas, onde mora a quase totalidade do público-alvo que eles desejam atingir, que, normalmente, é um barraco com, no máximo, três cômodos, um fogão, uma televisão e uma geladeira(quase sempre vazia). Em várias cidades são estabelecidas regras muito rígidas e lockdown's, até na base do prende e arrebeta, para obrigar o povo a se recolher em casa, dentro das recomendações da OMS que confirmam ser este processo, do

confinamento horizontal, o mais adequado para prevenir o contágio coletivo. Alguns políticos se aproveitam da oportunidade para fazer proselitismo, dizendo que está

“preservando

a vida do seu povo”, enquanto o emprego, o ganha-pão e a economia em geral

Sob essa ferrenha exigência, os resultados do isolamento tem fracassado e o número de óbitos não tem diminuído. Não seria mais lógico e produtivo se o mote fosse:

#sempre que possível se esforce para ficar em casa,

saia apenas o imprescindível para ganhar o seu sustento, garantir o seu emprego e para manter o mínimo de atividades essenciais que possibilitem no futuro restaurar a economia.

Quando for absolutamente necessário sair de casa, observe rigorosamente os protocolos determinados pela Autoridade Competente, assim como procure preservar você e a sua família, na hora em que voltar do seu trabalho para o seu lar, trazendo-lhes o pão e os alimentos.

Acreditamos que o convencimento popular voluntário seria mais proveitoso, possibilitando um combate mais efetivo à propagação do vírus, já que o isolamento seletivo tem se mostrado o mais eficaz.

CONTINUEMOS JUNTOS.

Fortaleza, CE, 25 de Maio de 2020

Gen-Ex Ref Domingos Miguel Antônio GAZZINEO